



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2026.

Solicita informações acerca da Taxa/Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e ao convênio vigente relacionado à manutenção da iluminação pública municipal.

Sr. Presidente,

O vereador que ao final assina, requer que, atendidas às formalidades regimentais, seja remetido ofício a Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, solicitando-lhe o envio a esta Casa Legislativa, no prazo legal, as seguintes informações referentes à Taxa/Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e ao convênio vigente relacionado à manutenção da iluminação pública municipal, contendo:

- a. Seja informado o valor total arrecadado pelo Município, durante todo o exercício de 2025, a título de Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública;
- b. Seja encaminhado relatório detalhado contendo a destinação dos recursos arrecadados com esse custeio, durante o exercício de 2025;
- c. Seja apresentada relação detalhada de todos os materiais, equipamentos, insumos e serviços contemplados pelo referido convênio ou contrato;
- d. Seja informado se o Município realiza aquisição complementar de materiais não abrangidos pelo convênio/contrato, especificando quais são esses materiais e os respectivos valores gastos durante o ano de 2025.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade exercer a função fiscalizatória do Poder Legislativo, promovendo a transparência na aplicação dos recursos arrecadados por meio da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, bem como possibilitar a análise da eficiência dos gastos públicos relacionados à manutenção, modernização e expansão da iluminação pública municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

A obtenção das informações solicitadas permitirá a verificação da correta destinação dos valores arrecadados durante o exercício de 2025, possibilitando a análise das despesas realizadas pelo Município, dos investimentos efetuados na manutenção da rede de iluminação pública e da eventual existência de saldo financeiro vinculado a essa receita específica.

Ademais, a obtenção dessas informações permitirá verificar se os recursos arrecadados junto à população estão sendo integralmente aplicados em ações relacionadas à iluminação pública, observando os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e transparência administrativa. A análise dos valores arrecadados, das despesas realizadas e dos materiais disponibilizados por meio do convênio vigente também possibilitará identificar eventuais necessidades de ampliação, modernização ou melhoria dos serviços prestados, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para a adequada iluminação das vias e espaços públicos do Município.

Por fim, o presente requerimento busca assegurar o pleno exercício da atividade fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal, garantindo à população o acesso às informações de interesse coletivo e fortalecendo os mecanismos de controle e transparência da administração pública, em observância aos princípios constitucionais que regem a gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, solicita-se o encaminhamento das informações requeridas, dentro do prazo legal.

Sala das Reuniões, 01 de junho de 2026.


CLODOALDO JOSÉ BORGES
Vereador